

2.ª EDIÇÃO

# As Forças Armadas tomaram o poder



General Costa Gomes



General António de Spínola

## PELO POVO E PELAS SUAS LIBERDADES

As Forças Armadas assumiram perante o País a maior das responsabilidades ao tomarem conta do poder. O acto de força será útil e terá a sua justificação, na medida em que continua para dar a todos os portugueses participação efectiva no Governo da Nação. Não pode de forma nenhuma substituir o autoritarismo a outro; muito menos pode representar a continuação de um sistema autocrático iniciado com o golpe militar de 28 de Maio de 1926.

A Ditadura Militar então instaurada teve continuidade no

regime censório e policial que até hoje nos tem governado sem nos ouvir. As liberdades fundamentais do homem não têm sido respeitadas e os destinos do País têm sido traçados sem que os portugueses tenham sido ouvidos. Nem sequer os direitos consignados na Constituição têm sido respeitados, duramente limitados por leis de autêntico arbítrio. Imposto o silêncio aos que se não dispuseram a ser elementos dóceis do poder, privados da liberdade muitos cidadãos, atirados outros para o exílio.

(Continua na última pág.)

### O GOVERNO RENDEU-SE ÀS CINCO DA TARDE E AS TROPAS DO MOVIMENTO ENTRARAM NO CARMO

Treze horas e vinte e dois minutos após ter sido difundido o primeiro comunicado do Movimento das Forças Armadas, terminou o cerco ao quartel do Comando-Geral da G. N. R., no Largo do Carmo, montado desde as 13 horas por forças do Regimento da

(Continua na última pág.)

### OS GENERAIS SPÍNOLA E COSTA GOMES DEVEM VIR A FORMAR UMA JUNTA MILITAR

Eram exactamente 4 horas e 32 minutos de hoje quando o Rádio Clube Português interrompeu a sua emissão normal para transmitir o seguinte:

«Daqui Posto de Co-

mando do Movimento das Forças Armadas:

As Forças Armadas Portuguesas apelam para todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de recolherem a

(Continua na pág. seguinte)

### PROCLAMAÇÃO DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

(LER NA QUARTA PÁGINA)



# República

Título fundado por António José de Almeida em 1911, iniciou uma 2.<sup>a</sup> série em 1930, sob a direção sucessiva de Joaquim Ribeiro de Carvalho e de Jaime Carvalhão Duarte. Era, desde agosto de 1972, dirigido por Raul Rêgo e tinha por chefe de redação Vítor Direito, liderando uma equipa onde se contavam, entre outros, Mário Mesquita, Fernando Assis Pacheco, Jaime Gama, Alberto Arons de Carvalho, Pedro Foyos, José Jorge Letria, José Martins Garcia e Álvaro Guerra — e que vinha consistentemente aumentando tiragens e convertera o República no mais influente diário oposicionista nacional não clandestino. Estava instalado na rua da Misericórdia, n.º 116, e era propriedade da Editorial República, maioritariamente detida por dirigentes da oposição socialista. O República constituiu-se, nos dias anteriores à Revolução, como centro de apoio civil às operações militares, particularmente pela ação de Álvaro Guerra: na edição de 24 de abril, uma discreta nota chamava a atenção para o programa radiofónico “Limite”, que emitiria a senha Grândola, vila morena. No dia 25, depois de o seu diretor se recusar de viva voz a enviar provas ao Exame Prévio, o República saiu à rua com uma tarja em rodapé de primeira página anunciando que “Este jornal não foi visado por qualquer comissão de

censura”. A manchete categórica — “As Forças Armadas tomaram o poder” — não era ainda, à hora de publicação do vespertino, factual, relevando mais do desejo e da necessidade de mobilizar os meios populares: a rendição do Carmo só ocorreria horas mais tarde. Estes elementos, tarja e manchete, bem como a maior parte do conteúdo da edição — mais reduzida em páginas do que o habitual, mas inteiramente dedicada à Revolução —, manter-se-iam ao longo das (pelo menos) três edições do República publicadas nesse dia, sucessivamente atualizadas entre si mas idênticas nos seus elementos essenciais. Os caminhos da Revolução continuaram a ser copiosamente noticiados e comentados em múltiplas edições diárias dos números subsequentes do República. Em maio de 1975, a deflagração do “caso República”, com a ocupação do jornal por um setor radical e a expulsão dos seus corpos dirigentes e redatoriais, levou à queda do IV Governo Provisório, em julho seguinte. O República, já descaracterizado, cessaria publicação a 22 de dezembro desse ano. Entretanto, as direção e redação saneadas lançaram o Jornal do Caso República (maio-julho de 1975) e A Luta (agosto de 1975-1979). Em 1976, Raul Rêgo seria internacionalmente distinguido com a Pena de Ouro da Liberdade, pela sua atividade em prol da liberdade de expressão.

Pedro Teixeira Mesquita

**PRIMEIRAS PÁGINAS DA REVOLUÇÃO**  
HEMEROOTECA MUNICIPAL DE LISBOA  
**50 ANOS DO 25 DE ABRIL**

